

Proposta de constituição do júri

Ao abrigo do disposto no n.º 1 do art.º 67º do CCP, o júri proposto para o procedimento 2025/CPI/002 - Aquisição Serviços Transporte Académico encontra-se definido na plataforma de compras públicas, composto, em número ímpar, por um mínimo de três membros efetivos, um dos quais presidirá, e dois suplentes.

1. De acordo com o art.º 69º do CCP o júri tem as seguintes competências:
 - a. Proceder à apreciação das candidaturas;
 - b. Proceder à apreciação das propostas;
 - c. Proceder à apreciação de soluções e projetos;
 - d. Elaborar os relatórios de análise das candidaturas e das propostas.
2. Será ainda delegado no júri, de acordo com o n.º 2 do art.º 69º do CCP as seguintes competências:
 - a. Efetuar pedidos de esclarecimentos sobre as propostas apresentadas;
 - b. Responder aos pedidos de esclarecimentos e erros e omissões levantados durante o procedimento;
 - c. Formalizar a análise e avaliação das propostas na plataforma com a submissão do relatório preliminar e do relatório final.

Nestes casos, um dos membros do júri deve utilizar o seu cartão de cidadão para assinar na plataforma de compras públicas.

Não é delegado no júri a competência para a retificação das peças, posto isto, a decisão dos erros e omissões, a decisão de qualificação e a decisão de adjudicação, de acordo com o n.º 2 do art.º 69º do CCP deve ser remetida para o órgão competente para aprovação prévia.

Assim sendo, o júri deve remeter, antes de formalizar as respostas (alínea b. do ponto n.º 2) e a formalização da análise e avaliação das propostas (alínea c. do ponto n.º 2), os respetivos documentos ao órgão competente da decisão de contratar para este aprovar o documento e assinar digitalmente.

3. Ainda no âmbito deste procedimento é atribuído ao técnico definido na plataforma de compras públicas as seguintes responsabilidades:
 - a. Publicar o anúncio e os convites na plataforma;
 - b. Responder aos pedidos de esclarecimentos e erros e omissões levantados durante o procedimento, depois de propostos pelo Júri e aprovados pelo órgão competente;
 - c. Formalizar a análise e avaliação das propostas na plataforma com a submissão do relatório preliminar e do relatório final, depois de propostos pelo Júri e aprovados pelo órgão competente;
 - d. Formalizar o projeto de adjudicação para decisão do órgão responsável na plataforma.

Nestes casos, a técnica responsável deve utilizar o seu cartão de cidadão para assinar digitalmente na plataforma de compras públicas.

Composição do Júri e do Técnico Responsável

| | |
|----------------|------------------------------|
| Paula Silva | Presidente |
| Vitor Monteiro | Vogal |
| Filipe Macedo | Vogal |
| Helena Palma | Suplentes |
| Mónica Amorim | Suplentes |
| Filipe Macedo | Técnico responsável |
| Helena Palma | Técnico responsável suplente |

O responsável do IPVC com poderes para efetuar a aprovação